



GT – “16”: “Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica”

O URBANO, O CERRO E O CELULAR:

O novo objeto-rei

Mikael Rodrigues de Araujo
Universidade de São Paulo – USP
mikaelrodrigues@usp.br

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de demonstrar as relações do objeto-rei para Lefebvre, o carro, e o que o levou a tornar o celular o novo objeto-rei atualmente. Lefebvre nomeou o carro de objeto-rei da vida cotidiana no mundo moderno. Ao investigar o avanço do fenômeno urbano em Paris – a urbanização acelerada, o avanço da periferia e o aumento da sua distância para o centro –, fez com que a necessidade do carro e transporte coletivo se tornasse central. Hoje esse processo permanece com atualizações, pois, além do carro, temos o uso do celular. *Google Maps*, trabalho por aplicativo, comunicação, venda de mercadoria, troca, redes sociais e mapeamento de vendas, aglutinados à necessidade do carro, atualizam esse fenômeno junto ao urbano.

Palavra-chave: o carro; o celular; o urbano; o objeto-rei

1. INTRODUÇÃO

A vida cotidiana no mundo moderno. Esse é o nome do livro de Henri Lefebvre (1968). A capa do livro em uma edição da Galimard sintetizou o que representa a sociedade urbana para Lefebvre. Ao fundo há prédios, ruas e avenidas, os sinais de trânsito, a circulação de automóveis e de pessoas. No primeiro plano, mostra um sujeito produzido pela sociedade urbana. Esse sujeito tem bocas e olhos de setas indicando as direções para as quais ele pode ir ao transitar pelo urbano. Isso, segundo Lefebvre (2013, p. 13-14), revela o problema número um do urbanismo dito moderno. Em simultâneo com o rasgar os ventres das cidades, o automóvel aumentou a aceleração da circulação, da produção e do ritmo da vida cotidiana. “Algumas pesquisas seriamente realizadas não forneceriam o material que permitiria a construção de calçadas rolantes rápidas, material este ainda em falta, ao que parece?”. E o autor

responde: “Nas ruas e nos metrô, nos edifícios, a utilização de esteiras e calçadas rolantes, das escadas rolantes, das telecabines, não progride”. Logo, a forma de produção industrial infiltra-se na vida cotidiana e dita as relações sociais que a envolvem.

Lefebvre percebia que o objeto-rei estava localizado na zona crítica do fenômeno urbano. Carlos (2019, p. 46) explica que nessa zona “a urbanização, que deixa de ser induzida pela indústria, assume a forma indutora das transformações no seio da sociedade que se anuncia como urbana”. O fenômeno urbano adquire características próprias na sua forma e conteúdo, e passa e conduz, em alguma medida, a expansão do tecido urbano, as formas de trabalho, o comércio, o estilo de vida, os ritmos da vida cotidiana e outros. Assim, o objeto-rei, para Lefebvre, tornou-se uma realidade atualmente, pois é sabido que há uma grande concentração de carros nos grandes centros urbanos, como as metrópoles.

É nessa zona crítica que este artigo localiza as relações do urbano e o uso do celular. O uso da *internet*, acessos às redes sociais, *Google Maps* etc., onde se concentram no uso do novo objeto-rei, o que muitas pesquisas parecem entender como algo dado, natural, incontornável – fato que também consideramos isso –, mas deixam de lado a análise do novo objeto-rei sendo tem a concentração dessas determinações. Assim, o celular se tornou uma ferramenta técnica praticamente indispensável nas relações sociais. Compra e venda de produtos, comunicação de trabalho, pesquisa, amizade, relações afetivas e muitas outras se tornaram naturalizadas a partir do uso das plataformas disponíveis no celular. O envio de áudios e mensagens escritas substituiu significativamente a ligação. O envio de cartas deu lugar às postagens nas redes sociais. Pedidos e compras em loja física deram espaço às lojas virtuais e entregas mediadas por plataformas. Esse fenômeno está localizado na zona crítica do urbano, nas suas formas e conteúdos, como veremos a partir de agora.

2. O OBJETO-REI PARA HENRI LEFEBVRE: O URBANO E O AUTOMÓVEL

Henri Lefebvre nomeou o automóvel de objeto-rei. O impacto que a produção desse objeto-rei teve sobre a vida cotidiana, principalmente a urbana, nos anos 1960 na França, faz jus ao nome. Por um lado, à medida que o tecido urbano e o fenômeno urbano cresciam, o transporte coletivo e particular – incluindo o carro – fazia parte da estratégia da produção do espaço. Em contrapartida, também se percebia que o nível da vida cotidiana estava sendo

capturado pela técnica. A televisão, o rádio e o automóvel, considerados pelo autor como *gadgets* (Lefebvre, 1969), isto é, técnicas com alta infiltração na vida cotidiana, eram elementos que Lefebvre buscava elucidar para analisar a vida cotidiana. Assim, o urbano, o objeto-rei e a vida cotidiana se entrelaçam na investigação do autor e refletem processos semelhantes na atualidade.

Lefebvre (1969, p. 9), ao discutir sobre os avanços da técnica, afirma que ela leva o ser humano às aventuras planetárias, interplanetárias e galácticas, fascinando os habitantes da Terra, ao mesmo tempo que “ocultava-lhes simultaneamente o perigo, o terror e o abandono em que vivem. Perdem de vista a humilde superfície do globo, salvo quando seus interesses limitados e ferozes os levam a tanto”. As viagens interplanetárias acontecem enquanto a vida terrena – a urbanização, a forma urbana, a moradia – se aprofundava. Isso gerou um descompasso entre a vida vivida e a vida assistida nos meios de comunicação da época. Então, segundo Lefebvre (1967, p. 10), “nada de exploração cósmicas enquanto na terra milhões de seres humanos sofrerem de fome! Nada de recursos colossais atirados aos ventos dos espaços enquanto os problemas da cidade e do campo terrestre não forem resolvidos!”.

Essa análise tem duas dimensões: os avanços das técnicas no período da Guerra Fria e as investigações de Lefebvre em torno de como as pessoas vivem. Lefebvre (1969, p. 11), no ano de 1967, diz que “não se arranca mais os corações das vítimas. O que se arranca agora são os sentidos das multidões de espectadores. A tecnicidade mais assombrosa faz-se acompanhar assim por uma estranha religiosidade”. Técnicas como a eletricidade, o motor a explosão, aviões e automóveis transformaram a vida cotidiana e a maneira como as pessoas viviam. Isso aconteceu no imediato da vida cotidiana. Mudanças efetivas e descontínuas, mas sem retorno. O que Lefebvre ressalta é a ideologia da tecnicidade. Embora algumas técnicas não façam parte imediatamente da vida cotidiana de muitos, como as viagens interplanetárias, elas condicionam os espectadores a pensarem que as vivenciam, que serão impactados por elas, que conduzem o volante em direção às viagens interplanetárias.

O avanço da técnica e a formação da sociedade urbana nos fins dos anos 1960 e 1970 se localizavam na zona crítica, segundo Lefebvre. A sociedade urbana se constitui da formação das cidades à sociedade urbana. O autor elabora um esquema que induz a interpretação do leitor a uma noção linear da formação e transformação da cidade – do rural ao urbano –, sendo que esse processo acontece de maneira simultânea (Lefebvre, 1999, p. 27). Lefebvre categoriza esse

processo em fases. Inicia localizando a agricultura subordinada à indústria; a segunda, com a indústria subordinada à urbanização; e a terceira, formada na zona crítica, na tendência à formação da sociedade urbana.

Lefebvre situa esse processo em um eixo de zero a 100%, sendo este a representação da zona crítica. Saindo das cidades antigas para o momento crítico do fenômeno urbano, esse processo acontece de maneira diferente dependendo da escala geográfica. Esse eixo provoca problemáticas urbanas que se passam na zona crítica. Nas quais “as hipóteses teóricas que permitem traçar um eixo, apresentar um tempo orientado, *transportar a zona crítica pelo pensamento*, indo além dela, permitem apreender o que se passa? Talvez” (Lefebvre, 1999, p. 27). O fenômeno urbano, por sua vez, incorpora a complexidade que envolve a sociedade urbana, das relações imediatas com a particularidade de onde surgem às tendências à homogeneização por meio de fenômenos que se tornam semelhantes em diferentes localizações geográficas. Assim, a formação das cidades tem suas relações empíricas (dados, população, cidades, ruas, avenidas etc.) e a sociedade urbana tem características da particularidade e totalidade, do local ao global das relações urbanas.

O fenômeno urbano faz parte da particularidade espacial. Faz parte da localização geográfica, mas ele tem tendências ao nível global, repete-se de maneira semelhante em outra localização. Isso coloca em debate a diferença da cidade e do urbano. Carlos (2007, p. 12) diz que há diferenças entre a cidade e urbano: “A cidade enquanto dimensão do lugar, da vivência, do vivido, da vida cotidiana, isto é, da localização; e o urbano, a dimensão virtual do processo, da realidade urbana enquanto fenômeno”. Portanto, o fenômeno urbano se apresenta como realidade global (talvez, total), implicando o conjunto da prática social, isto é, uma tendência à homogeneização das relações sociais no urbano, uma lógica pela dimensão do *cotidiano*. “Após ter apresentado o *urbano* (não dizemos mais: a cidade), imagens e conceito adquirindo nitidez, virtualidade ascendente, vamos analisar o fenômeno tal como ele oferece ao conhecimento que estuda o ‘real’” (Lefebvre, 1999, p. 51). O “real” entre aspas aponta a hipótese da sociedade urbana em formação, dando-lhe o movimento de que é parte virtual e parte real, em via de um horizonte aberto. Ela é real, mas não imediatamente concreta.

Na sociedade urbana, o automóvel aparece como objeto-rei. “Nesta sociedade em que a coisa tem mais importância que o homem, existe um objeto-rei, um objeto-piloto: o automóvel” (Lefebvre, 1969, p. 13). A sociedade dita industrial apresentava novas características. Antes a

indústria condicionava a urbanização, o avanço da franja urbana, o aumento populacional no centro e a proliferação da periferia das áreas urbanas, a construção de novas rodovias e meios de circulação. Tanto na época de Lefebvre como hoje, isso continua acontecendo em alguma medida, mas a sociedade urbana gerou traços peculiares. O automóvel é a destruição do mundo urbano. Passou a substituir o desenvolvimento dos meios de circulação racionais – transporte coletivo –, por exemplo. Conforme Lefebvre (1967, p. 13), o automóvel [...] “dito ‘durável’ se deprecia com uma velocidade extraordinária; acontece que os fabricantes aceleram essa depreciação. O objeto-rei, a coisa pilôto se destrói a si mesma. Nunca um objeto dito durável atingiu um tal ritmo de ‘autodestruição’”. O seu ritmo de destruição da cidade e o crescimento do tecido urbano, o aumento da velocidade do transporte e a obsolescência programada desse objeto-rei faziam com que o capital investido na sua produção atingisse a velocidade de giro acelerada, uma velocidade semelhante à da circulação de automóveis pelas vias urbanas.

No início do século XX, Henry Ford fortaleceu a tese: *o homem é um apêndice da máquina*. A primeira revolução industrial, com as máquinas de tear e descaroçar algodão, levou a questionamentos sobre o trabalho humano, que, a partir da incorporação das máquinas no setor produtivo, substituiu o trabalho simples dos artesãos pela condução das máquinas. Isso aumentou a produtividade e a lucratividade das indústrias, ao passo que o trabalho ficava cada vez mais especializado e dependente das máquinas. Nesse sentido, Ford incrementou a linha de montagem, acelerou a produção de automóveis e diminuiu os custos de sua produção. O trabalho especializado, a produção padronizada, a divisão e especialização do trabalho e a repetição mecânica dos movimentos do trabalho – tornando comuns as lesões por esforço repetitivo (LER) – foram características da instalação da linha de montagem.

O trabalho de Ford e a indústria reestruturaram a produção dos automóveis, impactando também a particularidade espacial onde ela se localiza. Sobre isso, Harvey (2013, p. 54) explica que esse processo – a instalação de indústrias, a urbanização e cidades que produzem – gera capital fixo. A divisão do trabalho nas fábricas é decorrente da divisão internacional do trabalho. Enquanto alguns países fornecem matéria-prima, como ferro e aço, para satisfazer as demandas das outras indústrias, como a automobilística, a de construção e a de maquinários, outros países podem estar realizando a produção desses bens de consumo duráveis.

A exemplo, Henry Ford iniciou o projeto de construção de uma cidade industrial que se chamaria Fordlândia na região Norte do Brasil. O objetivo era aumentar a extração do látex –

matéria-prima da fabricação da borracha – e com isso acelerar a produção e diminuir os custos da produção de pneus e outros produtos derivados da borracha. Quando essa cidade industrial cessou sua produção, as casas, os edifícios e a produção da cidade permaneceram no local, tornando-se uma representação de ruínas modernas abandonadas em decorrência da desaceleração industrial que levou a um declínio urbano (José Duarte, 2019). Assim, esse fenômeno gera a mobilização e a imobilização do espaço (Carlos, 2011; Alvarez, 2019) e o capital fixo gerado a partir disso – a urbanização, as cidades, as rodovias, a infraestrutura etc., especialmente quando a circulação diminui ou cessa – tem uma tendência à desvalorização (Harvey, 2013).

Em Detroit aconteceu algo semelhante. A cidade de Detroit, Estados Unidos, era uma das que mais cresciam no mundo até a crise de 2008. A indústria automobilística aquecia a cidade e acelerava o seu crescimento urbano, a venda de terrenos, imóveis, aluguéis, comércio, a circulação de pessoas etc. A partir de 2008 – em decorrência da crise imobiliária que implodiu nos Estados Unidos –, houve uma desaceleração industrial desse setor. As fábricas buscaram outras localizações geográficas para se instalar – visando diminuir custos com a produção, como mão de obra, matéria-prima, impostos e melhores condições de importação e exportação de seus produtos. O documentário *Detropia* mostra que, após esses eventos, a cidade que mais crescia se tornou uma ‘cidade-fantasma’. A produção industrial desacelerou e levou à desvalorização dos imóveis. Comércio, supermercados, restaurantes e lojas fecharam ou tiveram decadências nos seus faturamentos mensais. Casas que abrigavam os trabalhadores, prédios que serviram de escritórios de venda e imóveis de lojas de autopeças de automóvel foram destruídos devido à sua desvalorização acelerada.

Vimos, portanto, que a urbanização e a indústria automobilística estão articuladas. A urbanização e a valorização dos imóveis dependem da circulação e do aquecimento industrial automobilista. Ao mesmo tempo, sem ela, o urbano passa por uma reestruturação. É sobre isso que Lefebvre (1969) fala quando diz que o carro é estruturado-estruturante. Ao passo que é um bem durável, isto é, a sua depreciação tem um tempo programado e acontece em uma velocidade extraordinária, essa depreciação é cronometrada pelos seus fabricantes para acelerar e aumentar a sua produção, como também os setores que a envolvem: autopeças, mecânicos, lojas de sucatas, pinturas, funilarias, além das lojas de seguros, que arrecadam milhões pela prevenção de serviços que muitas vezes não são usados. “Nunca um objeto dito durável atingiu

um tal ritmo de ‘autodestruição’. O capital investido na sua produção atinge assim uma velocidade de giro acelerada, a verdadeira velocidade da circulação do automóvel” (Lefebvre, 1969, p. 13), fazendo parte da vida moderna, tanto da época do autor como atualmente.

3. O NOVO OBJETO-REI: O CELULAR E A ESCALA DO CORPO

O novo *objeto-rei*, o celular, apresenta uma saturação de escalas geográficas. Ele carrega em si um pressuposto básico da história da Geografia: a localização. Para usar inúmeras ferramentas desse dispositivo, precisamos acionar a localização do celular. Essa ação também proporciona várias situações: encontrar um dispositivo quando for perdido e assim rastreá-lo e recuperá-lo ou utilizar serviços móveis que ofereçam funcionalidades específicas, como aplicativos de navegação necessários para rotas e direções mais precisas para aplicativos de entrega de comida, que usam a localização para rastrear e acompanhar a entrega de um produto em tempo real. O *novo objeto-rei* nomeia os conteúdos que se tornaram indispensáveis na vida cotidiana, além de estruturar as relações da produção ao consumo, das relações sociais necessárias para a realização da reprodução do capital, usando o celular como elemento central para a mediação de suas produções.

Além desses conteúdos, as redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, podem usar a localização para adicionar informações geográficas às postagens e, com isso, oferecer recomendações personalizadas a partir dela. Ao mesmo tempo, o uso dessas plataformas gera um abismo entre o mundo real (da localização da vida cotidiana, como as pessoas vivem, quais os seus problemas sociais, políticos, culturais etc.) e o mundo virtual (das representações “perfeitas”, o mundo do espetáculo, das ideologias, dos condicionamentos à sociedade burocrática de consumo dirigido, como disse Lefebvre (1991)), produz um descompasso que passa despercebido.

Essas plataformas, aplicativos e *sites* que usamos por meio do celular monitoram a localização geográfica do percurso do usuário. Atualmente, *notebook*, relógios digitais, *smart TVs*, rádios, carros e câmeras digitais também possuem acesso à nossa localização. Ela adquiriu uma dimensão concreta e a saturação de níveis de análise e escala geográficas, complementando-se e distanciando-se quase instantaneamente. Isso se configura no momento de um toque no novo objeto-rei, levando a compressão espaço-tempo (Harvey, 2016) a

patamares inéditos na história da humanidade. O novo objeto-rei se encontra na escala do corpo dos sujeitos, adentrando a casa, o corpo, a mente, a saúde – tornando um homem, novamente, um apêndice da máquina, dessa vez com a roupagem da técnica, da inovação capilarizada por diversos níveis da vida cotidiana.

A saturação das escalas são diversas substâncias diluídas nas relações sociais presentes na vida cotidiana. As suas substâncias se revelam no desenvolvimento desigual da vivência, nos níveis de vivência, nos diferentes corpos e formas de vida. Também podemos apontar que a modernidade e o modernismo, em diferentes temporalidades históricas, bem como o desenvolvimento histórico recente e atual dos *gadgets*, revelam substâncias diluídas na saturação que envolve a análise da vida cotidiana. O aspecto da saturação representa a simultaneidade e a instantaneidade com as quais os fenômenos estão acontecendo. Entretanto, antes dessa instantaneidade atual, os elementos técnicos e tecnológicos que constituíram o avanço da globalização instigaram debates em torno do encurtamento do espaço-tempo, do salto do local para o global, bem como de sua aglutinação.

Harvey (2016) parte da tese que, a partir do ano de 1972, ocorreram transformações abissais nas práticas culturais, políticas e econômicas do mundo. Isso aconteceu devido ao que o autor conceituou de “compressão do tempo-espaço”, isto é, o entendimento de que os avanços técnicos e tecnológicos incorporados às relações sociais de produção, enquanto meios de produção, aceleraram a reprodução do capital. Carlos (2007), por sua vez, também esclarece que a reprodução das relações sociais se dá fora das fronteiras de um lugar específico; em outras palavras, a autora revela que as relações de troca acontecem fora da particularidade do lugar e que estão, em alguma medida, determinadas pela reprodução ampliada do capital. Conforme a autora, “novas atividades criam-se no seio de profundas transformações do processo produtivo, novos comportamentos se constroem sob novos valores a partir da constituição do cotidiano” (Carlos, 2007, p. 13). A geógrafa ressalta que esses avanços não significam uma abolição total do tempo, mas indicam uma diminuição substancial dele, como consequência do espantoso desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicado ao processo produtivo.

Tendo isso em vista, percebemos que, aparentemente, as mediações para saltarmos da determinação local à global estão diminuindo, sendo que é complementar o oposto. Além do aumento do número de mediações, também está crescendo a complexidade que as envolve. Essa falsa aparência decorre do fato de as substâncias de tais mediações encontrarem-se diluídas,

abstratas e, muitas vezes, despercebidas devido às mistificações causadas pela modernidade, como se o moderno viesse para ajudar no desenvolvimento positivo da vida cotidiana ao facilitar as nossas relações sociais. A aparente diminuição do local/global também vem da instantaneidade com que saltamos de uma escala local para a escala global ao tocar na tela do novo objeto-rei, seja em plataformas, aplicativos ou redes sociais. Isso inibe a complexidade que envolve a relação do sujeito com a técnica. Ela aparece como uma mediação necessária e importante para o desenvolvimento da sociedade, penetrando na vida cotidiana e condicionando a vida dos sujeitos.

O novo objeto-rei é a síntese dessa saturação. “Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022). Essa afirmação é oriunda de uma pesquisa inédita, que também apontou que 52,2% (ou 778 mil) dos trabalhadores exercia como trabalho principal o aplicativo de transporte de passageiros. Os trabalhadores de aplicativos de entrega de comida, produtos etc. e os trabalhadores de aplicativos de prestação de serviços correspondiam, respectivamente, a 39,5% (ou 589 mil) e 13,2% (197 mil) pessoas. Os motoristas de aplicativos de transportes de passageiros e os entregadores afirmaram que existe uma alta dependência das plataformas; cerca de 97,3% e 84,3%, respectivamente, afirmaram ser o aplicativo que determinava o valor a ser recebido por cada trabalho realizado; como também 87,2% e 85,3%, respectivamente, disseram que a plataforma determinava os clientes a serem atendidos. Para as plataformas realizarem essa mediação – vendedor, entregador e pedido –, o uso do celular é imprescindível.

Esta pesquisa mostra que, para a realização do mais-valor acontecer, é necessária a mediação de plataformas, com determinantes globais que conduzam a venda do produto, o cliente, o entregador, o valor que será cobrado pelo serviço e quanto será destinado ao entregador pelo serviço realizado. Isso se tornou uma forma de trabalho realizada pelo “mundo virtual”, retirando a autonomia e entendendo a vida concreta dos trabalhadores apenas como padronizações matemáticas do algoritmo, padronizando, mapeando e realizando as relações sociais da produção ao consumo de mercadoria.

O uso do celular, das plataformas e outros serviços na vida cotidiana pressupõe o acesso à *internet*. Só é possível acessar muitas funcionalidades desse *novo objeto-rei* por meio da *internet*. Para seu uso, segundo Antunes (2020), é necessário o trabalho concreto e imediato em infraestrutura. A produção de energia, cabos, computadores, torres de transmissão de *internet*,

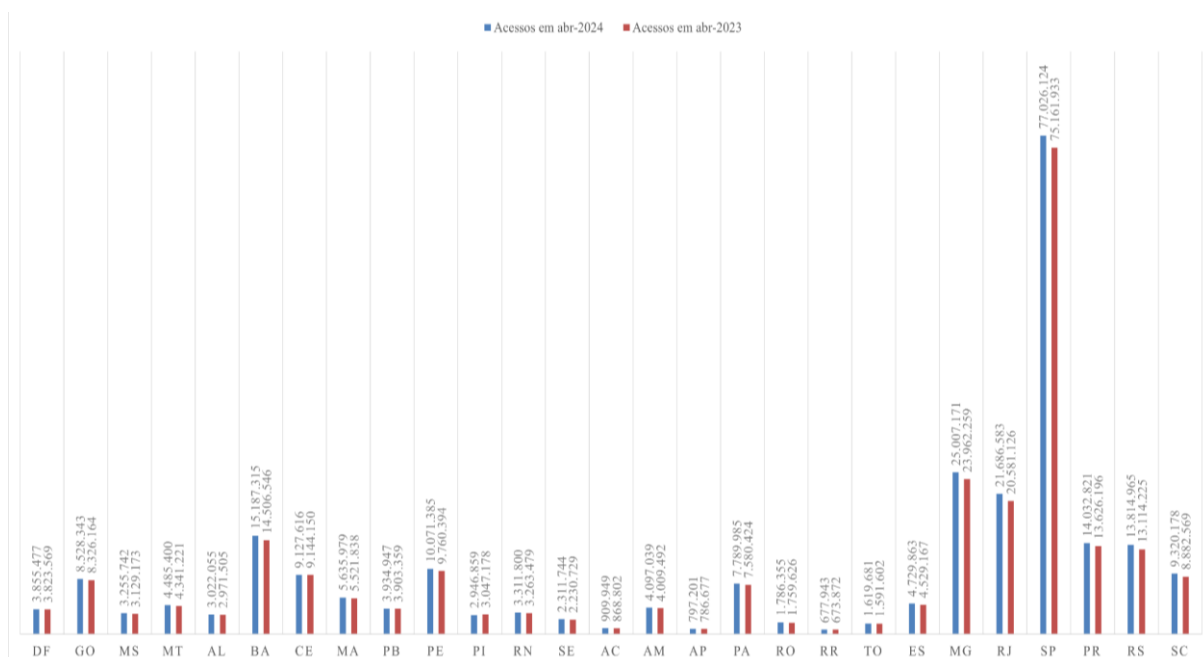
estradas, portas, fios, uma infinidade de trabalho imediato e concreto para possibilitar o uso da internet; nesse momento, nem todos os locais têm essas condições. Para efetivar o acesso, precisa-se de equipamentos eletrônicos e do pacote de dados móveis ou fixos de *internet*. Enquanto há muitos lugares e pessoas sem o acesso aos telefones móveis, existem lugares com alta concentração deles. É nesse sentido que os serviços e trabalhos por aplicativos precisam desse *novo objeto-rei* e da infraestrutura para a *internet*, para que se realize o trabalho por aplicativo e muitos outros.

Todas essas formas de trabalho, de acordo com Antunes (2020), dizem respeito ao trabalho material e ao trabalho imaterial. Enquanto o trabalho material são os recursos concretos, as matérias-primas – como a necessidade do *lítio* na produção de baterias para celulares e carros elétricos –, além de todo o trabalho socialmente necessário para a sua obtenção, o trabalho imaterial é a geração das formas de trabalho realizadas por meio da *internet*, plataformas de aplicativos, aulas *online*, teletrabalhos etc. Esses mecanismos se intensificam, se realizam ou deixam de se realizar conforme as condições da localização geográfica. Isso tanto nas condições com a natureza, com a extração dos recursos primários, como com a aparente imaterialidade do trabalho virtual socialmente necessário para o capital.

Lefebvre (1967, 1969) analisou os *gadgets* de seu contexto, enfatizando que, enquanto a população estava deslumbrada com as viagens interplanetárias, os problemas terrenos se generalizavam. Hoje, além do deslumbre, existe uma dependência deles, sem os quais, especialmente o celular, várias tarefas que se tornaram cotidianas não se realizam. A Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) recolhe a quantidade de acessos de telefone móvel no Brasil. As prestadoras de serviços de telefone móvel enviam esses dados para a Anatel visando entender a densidade, concentração e distribuição dos serviços no território. Além do telefone móvel, os dados dos acessos de banda larga fixa, telefonia móvel, TV por assinatura e telefonia fixa são enviados mensalmente desde 2019.

Em abril de 2024, chegaram ao total de 3,7 milhões os contratos de telecomunicações – configurando a existências de novos *gadgets* que fazem parte da vida cotidiana dos brasileiros. São voltados para a captura da vida cotidiana e sua inserção nas relações sociais capitalistas. Os dados a seguir (Figura 1) organizam por estado o número de acesso de telefone móvel no território brasileiro.

Figura 1. Acessos de telefone móvel (abril de 2023 e 2024)



Fonte: Anatel, 2024.

Trouxemos aqui um comparativo do mês de abril de 2024 e 2023, respectivamente. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro compõem os três maiores números de acessos por telefone móvel, respectivamente. Em São Paulo, foram 75 milhões de acessos em 2023, e no mesmo mês do ano seguinte o índice aumentou quase 2 milhões, chegando a 77 milhões. Em Minas Gerais foram 23,9 milhões de acessos por telefone móvel em abril de 2023; no mesmo mês no ano seguinte, foram 25 milhões, tendo um aumento de 1 milhão. No Rio de Janeiro, por sua vez, foram 20,5 milhões de acessos em abril de 2023 e nesse mês em 2024, foram 21,6 milhões, isto é, um crescimento de 1 milhão. Esses dados dizem respeito ao acesso de linhas telefônicas, isto é, aos números registrados pela Anatel e ligados a uma operadora – Tim, Vivo, Claro etc. Elas oferecem serviços como ligações, pacotes de *internet*, aplicativos e, algumas vezes, canais privados acessados pelo celular.

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os estados com maior densidade populacional e concentram os maiores números de acessos ao telefone móvel. Evidente que a análise aligeirada de que quanto maior a população, maior será o número de acesso é algo rasa, pois existe uma profunda desigualdade social que os dados inibem, por exemplo, as pessoas que não têm acesso a celular e menos ainda aos pacotes de dados de *internet*. É claro que a

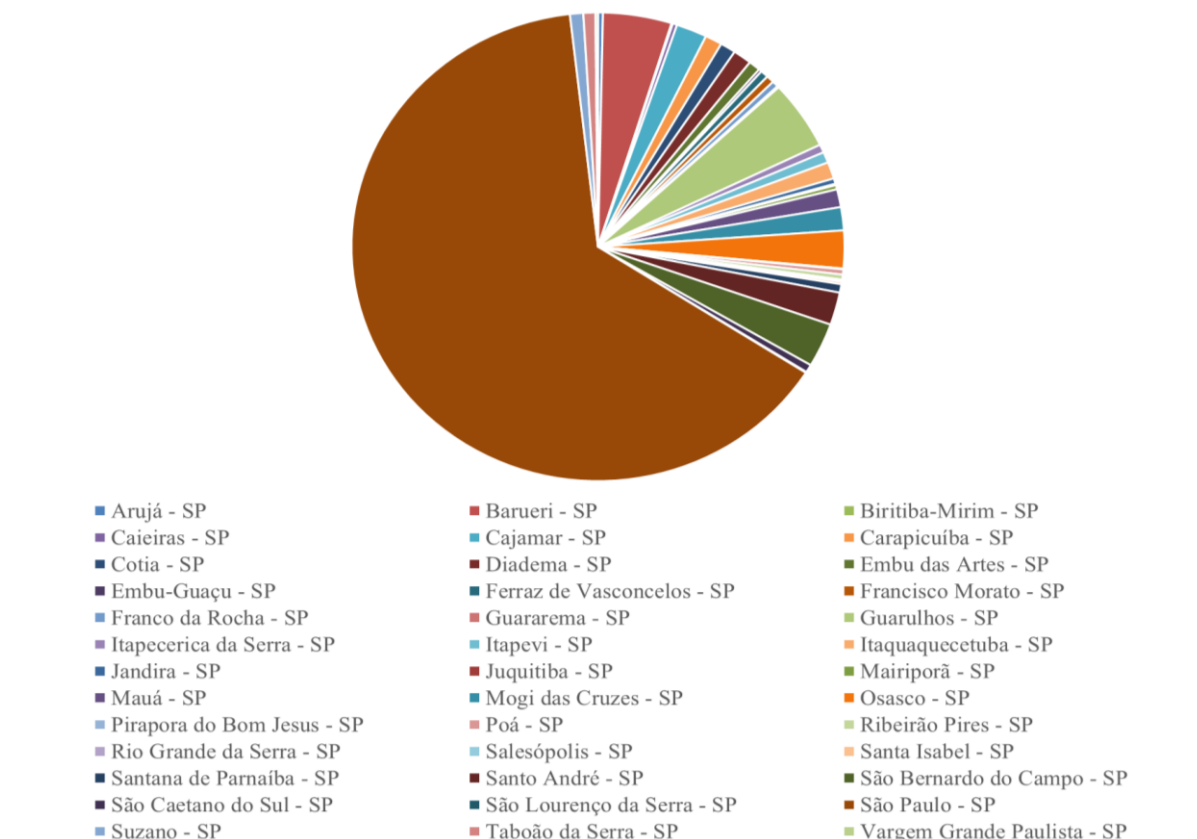
escala do estado, além disso, inclui áreas densamente urbanizadas, como as regiões metropolitanas, e áreas rurais que, por norma, têm uma menor concentração populacional e, por isso, uma menor concentração de número de acessos – sem considerar a indisponibilidade de redes de telefonia e *internet* em algumas localizações do território brasileiro.

Assim, hoje existe uma profunda desigualdade de formas de vida envolvendo o uso do novo objeto-rei. É uma desigualdade espacial, de acesso e de infraestrutura envolvendo o seu uso. Enquanto milhares de pessoas usam e abusam da forma de vida a partir e com o novo objeto-rei, que se concentra em localizações geográficas específicas, muitas outras sabem que existe e em alguma medida usam-no, mas vivem a forma de vida distinta da imersa no celular.

Os desenvolvimentos histórico e atual dos *gadgets* apontam a problemática de que, além de múltiplos, atualmente há saturações de escalas de formas de vida. As ordens do vivido, da vida e da *vida cotidiana* dos sujeitos sociais aparecem ao mesmo tempo e, aparentemente, aglutinadas com a generalização. Diante da globalidade característica da tendência à homogeneização da vida no capitalismo, existe a tentativa malsucedida de incorporar todos ao cotidiano de maneira igual. Esse insucesso reflete na desigualdade dos dados de acesso a telefone móvel. O número de acessos do estado do Piauí cresceu em pouco mais de 100 mil de abril de 2023 a abril de 2024, distante dos números da metrópole paulista. Logo, ter acesso aos diversos *gadgets* não implica condições iguais de vivência. No Piauí e em São Paulo acontece o uso dos mesmos meios oferecidos pelo carro e pelo celular, mas são formas de vida profundamente desiguais.

As relações de vizinhança e as relações próximas da primeira natureza e da natureza natural de uma vida cotidiana passam a ser alteradas e, às vezes, até desvinculadas da materialidade da sua forma de vida. Por meio do novo objeto-rei, o sujeito é arrancado da sua forma de vida e é levado a vivenciar uma vida cotidiana imaginária, realizando uma evasão da realidade material, concreta, imediata dos sujeitos. As relações de vizinhança, diante disso, se dão de maneira diferente mediante a concentração e intensificação do uso do celular. À medida que seu uso cresce substancialmente, as relações ficam cada vez mais mediadas pela sua necessidade, seja para a realização do trabalho informal ou pelas relações afetivas, de vizinhança, amizade etc. Quando olhamos os dados de distribuição do uso de telefone móvel, aparece a profunda desigualdade entre as cidades, municípios e bairros (Figura 2).

Figura 2. Distribuição de acesso a telefone móvel na região metropolitana de São Paulo em abril de 2024



Fonte: Anatel, 2024.

O objeto-rei de Henri Lefebvre, o carro, tinha a tendência em se concentrar nas áreas urbanas, acelerando uma autodestruição, como vimos. Atrelado ao fenômeno urbano, situado na zona crítica, parece que o acesso ao telefone móvel carrega conteúdos semelhantes. Os seus acessos se concentram nos estados com o maior índice de população urbana, como as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando olhamos esse processo na escala da região metropolitana de São Paulo, visualizamos que sua concentração populacional é de pouco mais de 20 milhões de habitantes, conforme o IBGE (2022). Já o total de acessos a telefone móvel foi de 38 milhões em abril de 2023 e 39 milhões em abril de 2024, tendo um aumento de 1 milhão (Anatel, 2024). A concentração de acesso na região metropolitana paulista é quase o dobro da população que nela habita, significando que a forma de vida dessa metrópole tornou o novo objeto-rei uma ferramenta essencial; somente a capital dessa região concentra 64% do total de acessos referentes a abril de 2024, ou seja, 50 milhões de acessos.

Nesse sentido, ao situar a análise na escala do município de São Paulo – a capital do estado que carrega o mesmo nome e o centro econômico de sua região metropolitana –, a concentração desse fenômeno aumenta. É por isso que se torna complexa a análise de saturações de escalas quando é necessário elucidar as mediações, nesse caso, das determinações da vida cotidiana, que vão das relações globais às especificidades locais e corporais de uma espacialidade.

Os dados de acesso a telefone móvel e a sua concentração na cidade de São Paulo escancararam as formas de vida produzidas por meio do acesso e da falta dele. Nesse sentido, as geógrafas Alves e Carlos (intelectuais que pesquisam a fundo os problemas envolvendo a região metropolitana de São Paulo) escreveram sobre o impacto da pandemia no sistema educacional e na desigualdade social escancarada nesse contexto.

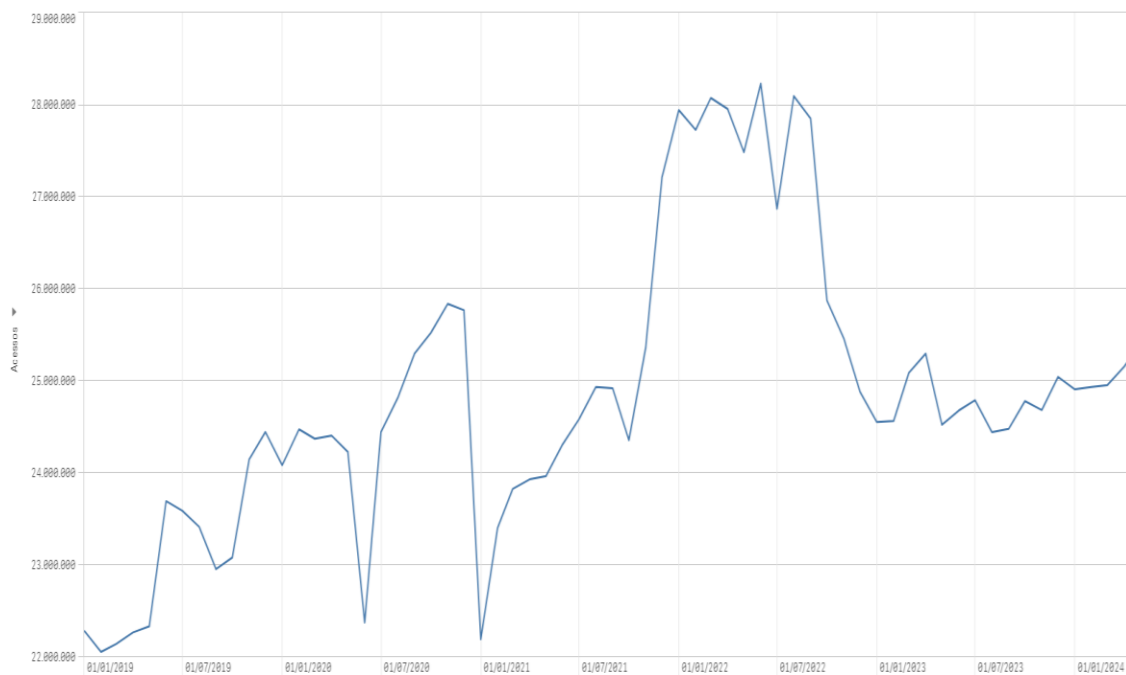
Analisando os impactos da pandemia a partir da perspectiva educacional, Alves (2020) examina as circunstâncias das famílias brasileiras com filhos matriculados em escola pública. A autora (Alves, 2020, p. 50) diz que a suspensão das aulas e o isolamento é para todos, mas “[...] em uma sociedade desigual como é a sociedade brasileira, tem seus efeitos diferenciados conforme o lugar em que as pessoas vivem e a classe social a que pertence a família do educando”. Com isso, a geógrafa argumenta que aqueles alunos que antes se alimentavam na merenda escolar passaram a se alimentar em casa, com a família, o que impactou diretamente o orçamento familiar. Alves (2020) também ressalta os impactos desse isolamento no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que, a partir da pandemia, para participar das aulas *online*, os alunos necessitavam de aparelhos eletrônicos, como *notebooks* e/ou celulares, conectados à *internet* paga. Como sabemos, a desigualdade social no Brasil é escancarada e nem todos conseguem garantir as condições necessárias para ter o seu direito à educação (e à vida) concretizado ao longo da epidemia.

Sobre as relações da escala da casa e da vida cotidiana, Carlos (2020, p. 14) apontou para a segregação socioespacial e para a desigualdade social, a qual é “[...] registrada no fato de que em muitas destas áreas, as pessoas moram em casas pequenas, onde das torneiras nem sempre sai água, em muitos casos com banheiros compartilhados, com fogões desligados e mesas sem comida”. Dessa forma, o que era para ser um momento de recuperação da força física do trabalho, isto é, um momento de descanso, sono, alimentação e recuperação fisiológica do corpo, torna-se um lugar daqueles que não têm direito à quarentena. Conforme Carlos (2020,

p. 14), “[...] as normas do isolamento encontram um sujeito cindido vivendo num espaço em fragmentos, diferenciando o centro da periferia e, com esta contradição, situando espacialmente os que têm diretos daqueles que não têm”. Essas situações do vivido, na escala da casa, durante a pandemia (2020-2022), deixaram ainda mais evidente a desigualdade social e seus reflexos na vida cotidiana.

Nesse sentido, no gráfico a seguir (Figura 3), demonstra-se uma grande oscilação no uso e na densidade de telefonia móvel (celular) no município de São Paulo. Esse período marcou a pandemia que ficou conhecida como da covid-19, em que trabalho por aplicativo e entrega de comidas e mercadorias aumentou significativamente devido à necessidade do isolamento para diminuir a transmissão do vírus. Trabalhos de escritórios e escolas, por exemplos, passaram meses sendo realizados da escala da casa dos sujeitos; restaurantes, diversas lojas de comércios e entrega de marmitas passaram a aderir às plataformas de entrega para atender à demanda em isolamento social. Isso reflete as oscilações das necessidades do uso de telefonia móvel tanto em localizações geográficas diferentes, como vimos nos estados brasileiros, como da intensidade de seu uso em estados com uma maior necessidade de seu uso.

Figura 3. Evolução dos acessos/densidade de telefonia móvel no município de São Paulo



Fonte: Anatel, 2024.

Existiu uma oscilação significativa da evolução do acesso ao telefone móvel no município de São Paulo do início de 2021 aos primeiros meses de 2022. Esse período, que marcou o início da pandemia da covid-19 e os primeiros picos de transmissão e mortes em decorrência dos sintomas da sua contaminação, escancarou a necessidade do uso do novo objeto-rei: o celular. Entrega de comida e inúmeras outras mercadorias, e a comercialização de produtos tecnológicos como telefone, câmeras, *webcam*, fone, microfones, telas, *notebook* e muitos outros cresceram e se capilarizaram pela vida cotidiana, nesse momento, na escala da casa. Os números de acesso a telefone móvel oscilaram na crescente de 22 milhões de acessos para mais de 28 milhões no município de São Paulo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o urbano, o carro e o celular fazem parte do fenômeno urbano. Os seus eventos se concentram e se intensificam nas áreas metropolitanas. A produção, a valorização e a autodestruição das áreas urbanas e dos automóveis, junto à obsolescência, encurtam o tempo socialmente necessário para a reprodução do capital, repetem-se e aceleram o giro da produção de valor. Isso aconteceu em Fordlândia e em Detroit, e podemos estender às causas e consequências do encerramento da produção de automóveis da empresa Ford em 2021 no Brasil, fechando as fábricas das cidades de Camaçari (BA), Horizonte (CE) e Taubaté (SP).

Hoje esse fenômeno está atrelado ao uso do novo objeto-rei: o celular. Concentrando-se em áreas metropolitanas, leva-nos a pensar que a obsolescência também acontece no nível do corpo. Os celulares, que têm o tempo programado para sua utilização cada vez menor, carregam a necessidade do seu uso para a realização de trabalho direto, como trabalho por aplicativo, e indireto, como as trocas de mensagens sobre o trabalho, mas fora do ambiente e do tempo de trabalho pago. Para que as suas relações se realizem, são necessários infraestrutura, equipamentos técnicos e dados móveis, distribuídos desigualmente devido às necessidades das particularidades espaciais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Glória da Anunciação. O dia em que a terra parou. *In*: CARLOS, Ana Fani

Alessandri (Org.). **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>>. Acesso em 12.02.2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado do serviço na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **Posição contra os tecnocratas**. São Paulo: LTDA, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **Revista GEOUSP**, v. 23, p. 494-505, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: contexto, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

DETROPIA. Direção: Heidi Ewing, Rachel Grady. Produção: Loki Films. EUA: Loki Films, 2012. DVD 2015, Moviolla.

DUARTE, José. Revista brasileira de estudo de cinema e audiovisual. n. 2. **Revista Rebeca** 16. Julho/Dezembro, 2019, p. 35-57.

ANATEL. **Agência Nacional de Telecomunicações**. Disponível em:

<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/ acessos/ telefonia-movel>. Acesso em: 11.05.2024.

ANATEL. Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país. **Agência Nacional de Telecomunicações**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>. Acesso: 11.05.2024.

IBGE. Censo 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11.05.2024.